

1. ABORDAGEM A PESSOAS

A **abordagem** é o conjunto ordenado de ações para aproximar-se de uma ou mais pessoas, veículos ou edificações. Tem por objetivo resolver demandas da atividade ostensiva, como orientações, assistências, identificações, advertências de pessoas, verificações, realização de buscas e detenções.

Já a abordagem a pessoas se refere apenas às ações para se aproximar de um ou mais indivíduos. Este conceito possui um sentido amplo, ou seja, abrange a todos os cidadãos, não se restringindo às pessoas em situação de suspeição. Os procedimentos adotados pela guarnição variam de acordo com os fatos motivadores da abordagem e com o ambiente. Além disso, o agente deve compreender as peculiaridades daquele com quem interage e não vincular essa interação, necessariamente, a ações delituosas.

Em cada abordagem realizada, o Agente deverá utilizar técnicas, táticas e recursos apropriados ao público-alvo desta intervenção policial, esteja a pessoa em atitude suspeita ou não.

O **poder de polícia**, deve ser entendido como um conjunto de ações que limitam e sancionam o direito individual e autorizam a intervenção do Estado, executada por intermédio de seus agentes, em qualquer matéria de interesse da coletividade.

A ação de abordar uma pessoa é um ato administrativo, discricionário, autoexecutório e coercitivo. Significa dizer que a abordagem policial é realizada de ofício. O ato de abordar é discricionário, e jamais poderá ser ilegal, sob pena de não atingir sua finalidade precípua, que é o bem comum. É imprescindível também que, durante as abordagens, a pessoa receba um tratamento respeitoso.

Durante a atuação, caso haja resistências e agressões em variadas formas e graus de intensidade, o Agente terá que adequar sua reação a essas circunstâncias, estabelecendo formas de controlar e direcionar o abordado, a fim de dominá-lo. Para lidar com esses diversos graus de intensidade, foram definidos os níveis do Uso de Força.

1.1 Níveis de intervenção

A abordagem policial à pessoa também é classificada em três níveis (1, 2 e 3) tendo como referência os **níveis de intervenção policial**, conforme definidos pelo MTP 1.

- Intervenção nível 1 (assistência e orientação)

Esta intervenção está alinhada com o conceito de **Prevenção Ativa**, que é definido como as ações desenvolvidas visando o provimento de serviços públicos à população, destinadas à prevenção da criminalidade. A finalidade dos procedimentos de segurança, neste nível, é orientar e prestar assistência. Dificilmente implicará em busca pessoal. O caráter preventivo predomina (risco nível I).

Exemplo: Agente aborda um cidadão e orienta-o a conduzir a própria bolsa de maneira a evitar furto.

A aproximação dos agentes, junto ao abordado, será direta e natural, devendo, entretanto, serem adotadas **posições e posturas corporais** específicas.

- Intervenção nível 2 (verificação preventiva)

A **avaliação de riscos** demonstra que há indício de ameaça à segurança (do Agente ou de terceiros), mas ainda não há, aparentemente, a necessidade imediata de uma intervenção de nível mais elevado. Neste tipo de intervenção, podem ser realizadas buscas em pessoas ou em seus pertences, pois as equipes envolvidas iniciam suas ações com algum risco conhecido (fundada suspeita) e o Agente deverá estar pronto para enfrentá-lo.

Exemplos: um cidadão que observa o interior de uma agência bancária ou caixa eletrônico ou em atitude suspeita, em local classificado como Zona Quente de Criminalidade (ZQC).

Os Agentes planejarão a abordagem, indicando as características da pessoa que se encontra em situação de suspeição, (vestimenta, tipo físico, gênero) e, em seguida, rapidamente, elaborarão um plano de ação, com a **Técnica de Aproximação Triangular (TAT)**.

Inicialmente, o **Agente Verbalizador** deverá:

- *identificar-se como GM;*
- *realizar a inspeção visual;*
- *determinar ao abordado que adote a **posição de contenção 1 (em pé) ou 2 (de joelhos)**;*
- *explicar o motivo da abordagem;*
- *controlar a atenção do abordado por meio de verbalização, perguntando seu nome, sua idade, o que faz/procura no local, diminuindo, desta forma, sua capacidade de reação.*

- Intervenção nível 3 (verificação repressiva)

Neste caso, a **avaliação de riscos** indica a iminência de algum tipo de delito (risco nível III). Os Agentes deverão estar prontos para se defenderem, sempre com segurança, observados os princípios básicos do uso de força (legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência).

Exemplos: infrator avistado no momento do cometimento do delito (roubo a mão armada, agressão, outros), ou logo após; infrator identificado pelo policial militar como procurado pela justiça de alta periculosidade.

Neste caso, o GM Verbalizador deverá:

- *aproximar-se do abordado utilizando a **Técnica de Aproximação Triangular (TAT)**, em conjunto com o PM Revistador;*
- *identificar-se como GM;*
- *determinar ao abordado que adote uma das **posições de contenção**;*
- *controlar a atenção do abordado por meio de verbalização, diminuindo a capacidade de reação do infrator.*

O Revistador deverá:

- *executar a busca pessoal, dando sequência aos demais procedimentos da prisão, se confirmada autoria;*
- *avaliar a necessidade do emprego de algemas.*

1.2 Técnicas e táticas de abordagem a pessoas

Ao iniciar uma abordagem, a guarnição deverá realizá-la com segurança. Se for realizada especificamente a uma pessoa em atitude suspeita, é necessário que haja **supremacia de força**. Neste caso, a técnica será fundamental para seu sucesso. Quando a guarnição entender que necessitará de outros recursos (humanos ou logísticos), solicitará apoio, mantendo o contato visual e, se possível, o controle do suspeito.

A supremacia de força é uma vantagem tática do GM em relação ao abordado para uma atuação segura. Esta vantagem é medida de forma qualitativa e quantitativa, podendo estar relacionada não só ao número de Agentes, mas também ao uso de força e à posse de instrumentos, equipamentos e armamentos por parte da guarnição. Uma atuação com supremacia de força é aquela em que os policiais militares envolvidos dispõem de níveis de força adequados para reagirem às ameaças que poderão advir dos abordados.

No desenvolvimento da abordagem, o Agente manterá a atenção às possíveis mudanças que venham a ocorrer no cenário e que podem, por exemplo, obrigá-lo a aumentar ou diminuir o **nível de força**. O comportamento do abordado (cooperativo, resistente passivo e ativo) será determinante para a mudança de postura tática.

É importante saber que, em qualquer nível de intervenção, o GM deverá adotar os seguintes procedimentos:

- a) **autoidentificação**: demonstrar clareza, falando nome e função. O GM deve saber que sua identidade deve ser pública diante da função revestida pelo Estado;
- b) **tratamento respeitoso para com as pessoas**: tratar os abordados com respeito, cordialidade, urbanidade, solicitude e dignidade.
- c) **esclarecimentos sobre o motivo de uma abordagem**: esclarecer às partes interessadas sobre a motivação e o desdobramento daquela ação, a qual se submete o abordado.
- d) **relacionamento adequado com a imprensa**: é responsabilidade do GM preservar a pessoa quanto à veiculação de sua imagem, quando estiver sob sua custódia.

2 BUSCA PESSOAL

É uma técnica policial utilizada para fins preventivos ou repressivos, que visa a procura de produtos de crime, objetos ilícitos ou lícitos que possam ser utilizados para a prática de delitos que estejam de posse da pessoa abordada em situação de suspeição. Será realizada no corpo, nas vestimentas e pertences do abordado, observando-se todos os aspectos legais, técnicos e éticos necessários.

A busca poderá ser realizada independente de mandado judicial, desde que haja fundada suspeita. Quando o gm realiza busca pessoal, a situação de suspeição deverá ser verificada através da atitude do cidadão, ou seja, da conjugação entre comportamento e ambiente. Exemplos:

- estado de flagrante delito;
- mesma característica física e de vestimenta utilizada por autor de crime / contravenção;
- comportamento estranho do suspeito (tensão, nervosismo, aceleração do passo ou mudança brusca de direção ao avistar a presença policial);
- volumes observáveis na cintura ou em outras partes do corpo;
- pessoa parada em local ermo ou de grande incidência de criminalidade;

- pessoa monitorando residências;
- pessoa portando objeto duvidoso;
- condutor que tenta evadir de bloqueio policial; dentre outros.

Os Agentes devem estar preparados tecnicamente para realizar a busca pessoal e cuidar para que esta ação não se converta em atos de arbitrariedade e discriminação.

2.1 Aspectos legais da busca pessoal

O poder discricionário inerente à ação de abordar e efetuar a busca pessoal está condicionado à existência de elementos que configurem **fundada suspeita**, requisito essencial e indispensável para a realização do procedimento. O Código de Processo Penal (CPP) assim prevê:

Art. 244 – A busca pessoal independe de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar (BRASIL, 1941).

Certifica o artigo 292 do CPP que caberá ao abordado cumprir as ordens emanadas pelo Agente, sob pena de incorrer em crime de desobediência, previsto no artigo 330 do Código Penal (CP).

Quando o abordado se opuser, mediante violência ou ameaça, à submissão da busca pessoal, estará incurso no **crime de resistência**, previsto no artigo 329 do CP. Neste caso, o GM usará a força adequada para vencer a resistência ou se defender, conforme previsão legal. É importante não confundir relutâncias naturais por parte do abordado que se sente constrangido, com o crime de resistência.

As buscas pessoais são realizadas em prol do bem comum, ainda que possam causar eventuais desconfortos de caráter individual. É importante que a restrição aos direitos individuais se dê o mínimo possível, ou seja, no limite do que possa ser considerada necessária e razoável, para que não possa ser interpretada como abuso de autoridade.

Nos casos em que a suspeição não se confirmar e nada de irregular for encontrado, caberá ao Agente: esclarecer ao abordado os motivos pelos quais ele foi submetido a busca pessoal; demonstrar que esta abordagem é um ato discricionário e legal, com foco na segurança preventiva; prestar outras informações que possam minimizar possíveis embaraços causados.

2.2 Tipos de Busca Pessoal

Há três tipos: a busca ligeira, a busca minuciosa e a completa. Embora realizadas sob mesmo fundamento legal, cada qual cumprirá objetivos e técnicas específicas, com a finalidade de minorar os riscos na ação policial.

- Busca Ligeira

É uma revista rápida procedida nos abordados, comumente realizada nas entradas de casas de espetáculos, shows, estádios e estabelecimentos afins, para verificar a posse de armas ou

objetos perigosos, comuns na prática de delitos. Será iniciada, preferencialmente, pelas costas da pessoa abordada, que ficará, normalmente, na posição de pé.

A busca será realizada por meio de movimentos rápidos de deslizamento das mãos sobre o vestuário do cidadão. Deve-se verificar, sobretudo: cintura, quadris, tórax, axilas, braços, pernas (entre as pernas), pés e cabelos. Bolsos, bonés, chapéus, toucas, pochetes e demais pertences também deverão ser revistados. Caso haja disponível detector de metal, a utilização desse aparelho poderá substituir os movimentos rápidos de deslizamento das mãos sobre o vestuário do cidadão.

- Busca Minuciosa

Será realizada sempre que o policial militar suspeitar que o abordado porte objetos ilícitos, dificilmente detectados na inspeção visual ou na busca ligeira. Preferencialmente será feita pelas costas da pessoa abordada. Enquanto o **Revistador** realizar a busca, o **Verbalizador** fará a cobertura policial.

A **busca minuciosa** pode variar conforme as **Posições de contenção**, que são posturas que deverão ser adotadas pelo abordado na busca pessoal minuciosa, e objetivam a garantia de segurança aos Agentes e a eficiência da revista, variando de acordo com o nível de risco e o ambiente. São enumeradas quatro posições básicas de contenção:

- a) posição de contenção 1 – abordado em pé, sem apoio;
- b) posição de contenção 2 – abordado em pé, com apoio;
- c) posição de contenção 3 – abordado ajoelhado;
- d) posição de contenção 4 – abordado deitado.



- Busca Completa

É a verificação detalhada do corpo do abordado, que se despirá e entregará seu vestuário ao Agente. Cada peça de roupa deverá ser examinada. O GM, além de atentar para todos os procedimentos previstos na **busca minuciosa**, verificará o interior das cavidades do corpo.

Devido à exposição corporal do abordado e por questões de segurança, recomenda-se que a busca completa seja realizada em local isolado do público e, sempre que possível, na presença de testemunha do mesmo sexo da pessoa abordada (preferencialmente, desconhecida por ela) que será esclarecida sobre a necessidade do procedimento.

2.3 Uso de algemas

Algemas são equipamentos policiais utilizados com os objetivos primários de controlar uma pessoa, prover segurança aos Agentes, ao preso ou a terceiros e reduzir a possibilidade de fuga ou agravamento da ocorrência.

A algemação não pode ser adotada como regra para todo caso de prisão/ condução, pois, quando utilizada, causa um constrangimento inevitável. Este equipamento não deve ser utilizado como instrumento de subjugação ou humilhação do preso. O Código de Processo Penal (CPP) dispõe, em seu artigo 284, que não será permitido o emprego de força, salvo o indispensável no caso de resistência ou tentativa de fuga de preso.

Significa dizer que a algemação se aplica aos casos de resistência e fundado risco à integridade física dos envolvidos.

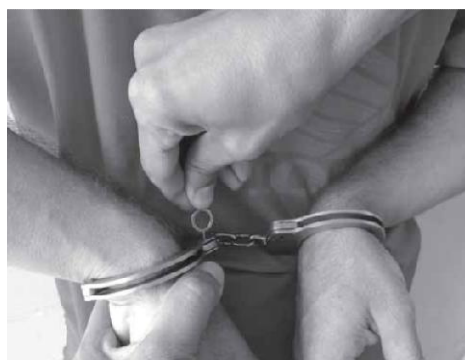
A Súmula Vinculante nº 11, publicada em 22 de agosto de 2008, assim discorre:

Só é lícito o uso de algemas em caso de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado. (BRASIL, 2008)

Ao empregar as algemas é indispensável que o GM justifique tal medida por escrito, conforme determina a Súmula Vinculante, sob pena de responsabilização nas esferas civil, penal e administrativa. A formalização escrita dos motivos que ensejaram a algemação decorrerá de três situações específicas:

- resistência do preso à ação policial;
- fundado receio de que o preso possa empreender fuga;
- comportamento do preso que ofereça risco à integridade física do policial militar, de terceiros ou para si mesmo.

O GM deverá, preferencialmente, algemar o infrator com as **mãos para trás** e com as **palmas voltadas para fora**. Certificará, ainda, de que as algemas não ficaram frouxas ou apertadas, em demasia, trancando-as e travando-as, corretamente.



É importante que o Agente entenda que a algemação é uma forma temporária de conter pessoas presas. Trata-se de uma ação constrangedora e por isso, recomenda-se que não se estenda por períodos longos, pois esta atitude poderá resultar em lesões, como pulsos arranhados e até fraturas e ruptura de ligamentos. A utilização da trava de segurança também contribuirá com a integridade física do algemado.

A algemação pode parecer uma boa medida para conter um criminoso violento, evitando que ele venha a machucar outras pessoas. Todavia, vale ressaltar que, ao algemar alguém, você prejudica a capacidade dessa pessoa de se proteger. Por isso, algemar uma pessoa a um ponto fixo, como um poste, ou a partes fixas de veículos, como as barras presentes no xadrez de algumas viaturas, pode colocar em risco o preso. Sem as mãos livres para se defender, ele se torna incapaz de se proteger de perigos iminentes, como por exemplo, do ataque de um parente inconformado da vítima, ou até de choques mecânicos e acidentes ocorridos com a viatura.

2.4 Abordagens policiais a grupos vulneráveis

Por **grupo vulnerável** entende-se o conjunto de pessoas com características específicas, relacionadas ao gênero, à idade, à condição social, às necessidades especiais e diversidade sexual. E, por essa razão, podem se tornar mais suscetíveis à violação de seus direitos.

A vulnerabilidade está na ação de sujeição da pessoa a constante preconceito e discriminação, em razão de sua condição específica, independente de outros fatores. Nesse conjunto, estão inseridas as mulheres, as crianças e adolescentes, os idosos, a população em situação de rua, as pessoas com necessidades especiais e a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBTT).

a) Atuação no atendimento à mulher

Em praticamente todas as esferas sociais, a mulher está sujeita a desigualdades por lei e de fato. Esta situação é causada e agravada pela existência de discriminações, que normalmente se tornam comuns no seio da própria família, na comunidade e no local de trabalho.

Entende-se por discriminação contra mulheres qualquer distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo, e que tenha por objetivo ou efeito, comprometer ou destruir o reconhecimento, o gozo ou o exercício de seus direitos humanos e garantias fundamentais, em qualquer estado social em que se encontrem, e em todos os campos da atividade humana (político, econômico, social, cultural).

Contudo, as especificidades femininas exigem um tratamento próprio com as mulheres de forma a respeitar as suas características de sexo.

Recomendações:

- a abordagem de mulheres pode ser feita por qualquer Agente, independentemente do sexo, devendo a busca pessoal ser efetivada conforme determina a legislação nacional¹, que prescreve que a busca em mulher será feita por outra mulher, “**se não importar em retardamento ou prejuízo da diligência**”;
- as mulheres, quando capturadas, serão mantidas separadas dos homens capturados (sempre quando houver condições logísticas e de segurança);
- a busca pessoal em mulheres suspeitas de portarem objetos ilícitos deverá ser realizada, preferencialmente, por outra mulher profissional encarregada de fazer cumprir a lei. Em momento algum poderá ser convocadas pessoas leigas ou civis, para realizar buscas em caso de suspeição, pois, isto colocará em risco a segurança;

¹ Conforme artigo 249 do Código de Processo Penal/1969.

- não havendo a disponibilidade no grupo que realiza a abordagem, a guarnição poderá recorrer à rede-rádio, solicitando apoio de uma Agente feminina que possa comparecer ao local e suprir as necessidades da ocorrência;
- a busca pessoal feita por homens em mulheres é uma excepcionalidade. Não deve ser realizada em situações ordinárias, principalmente em relação à busca completa;
- procedimentos mais simples como solicitar que a própria pessoa abra sua bolsa, retire os sapatos, mostre a região da cintura e levante os cabelos, diminuirá a exposição da mulher;
- se, em casos extremos, o GM precisar realizar uma busca em uma mulher, esta deverá ser feita com respeito e profissionalismo, em local discreto e, sempre que possível, na presença de testemunhas, preferencialmente, do sexo feminino. Deve evitar o contato físico com a abordada, principalmente nas partes íntimas, procurando limitar-se a orientá-la quanto aos procedimentos a serem adotados.

b) Atuação no atendimento às crianças e aos adolescentes

Crianças e adolescentes possuem direitos próprios que estão previstos em diversos instrumentos internacionais² e na legislação brasileira. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Em seu artigo 2º considera criança a pessoa até 12 anos (incompletos) e adolescente, pessoa entre 12 e 18 anos (incompletos).

Ato infracional é a ação tipificada como crime ou contravenção penal¹⁷, que tenha sido praticada pela criança ou pelo adolescente. São penalmente inimputáveis todos os menores de 18 anos e não poderão ser condenados.

A criança que incorre em ato infracional deverá ser encaminhada à presença do Conselho Tutelar ou do Juiz da Vara da Infância e da Juventude, para que seja social e legalmente assistida. Na ausência desses órgãos, deverá ser encaminhada aos pais ou ao responsável legal, que dará recibo no Boletim de Ocorrência, dirigido ao Juizado da Infância e da Juventude.

O adolescente, em caso de flagrância de ato infracional, será levado à delegacia de polícia especializada. Na ausência desta, deverá ser encaminhado à Delegacia de Polícia local, onde deverá permanecer separado dos adultos, até que outra medida seja determinada.

Recomendações:

- comunicar, imediatamente, aos pais ou representante legal sobre a apreensão da criança ou adolescente;
- manter a atenção às situações que possam implicar em risco à integridade física ou mental da criança ou do adolescente;
- não conduzir crianças e adolescentes em compartimento fechado da viatura. Exceção em casos extremos;
- nunca divulgar sem a autorização devida, por qualquer meio de comunicação, o B.O. relativo à criança ou ao adolescente a que se atribua ato infracional;
- evitar a exposição da imagem do conduzido conforme previsto nos Arts. 17 e 18 do ECA;
- a busca pessoal será realizada, com segurança, procurando sempre reduzir os constrangimentos, respeitando-se os princípios e as orientações gerais contidas no ECA.

² Convenção Americana sobre Direitos Humanos, dentre outros 17 Conforme artigo 103 do ECA

c) Atuação no atendimento à diversidade sexual

A diversidade sexual pode ser entendida como o termo usado para designar as várias formas de expressão da sexualidade humana.

O cidadão, muitas vezes, tem seus direitos desrespeitados pelo fato de ter orientação sexual diversificada. O GM, como promotor de direitos humanos, deve lidar com o cidadão, de forma a respeitar sua sexualidade e a lhe fornecer a devida atenção.

Na sociedade encontramos as seguintes definições:

- **lésbicas:** são mulheres que se relacionam afetiva e sexualmente com outras mulheres;
- **gays:** são homens que se relacionam afetiva e sexualmente com pessoas do mesmo sexo;
- **bissexuais:** são indivíduos que se relacionam sexual e afetivamente com pessoas de ambos os sexos;
- **travestis:** pessoa que apresenta sua identidade de gênero oposta ao sexo designado no nascimento. Ela se diferencia da pessoa transexual, por não ter se submetido à cirurgia de readequação sexual;
- **transexuais:** pessoa que apresenta sua identidade de gênero oposta ao sexo designado no nascimento, e que submeteu-se à cirurgia de readequação sexual.

No caso das lésbicas, a busca será procedida seguindo as mesmas recomendações para mulheres. Procedimento idêntico também será dado no caso das transexuais com comprovada retificação de registro civil (nome feminino).

Em relação aos gays e travestis, o policial masculino fará a busca pessoal, evitando situações de constrangimento.

Recomendações:

- o cidadão homossexual deve receber tratamento respeitoso durante as providências policiais, minimizando possíveis constrangimentos;
- o Agente não deverá coibir manifestações de afeto entre homossexuais (mãos dadas, beijo na boca), uma vez que estes atos não configuram ações ilícitas e ainda, configuram atos privados da vida do cidadão, nos quais não deve haver interferência;
- é importante balizar a conduta do agente, lembrando a diferença fundamental entre o delito caracterizado por ocorrência de ato sexual em via pública e a manifestação afetiva entre pessoas;
- o BO deve ser redigido com o nome de registro da pessoa e o tratamento verbal deve ser feito pelo nome social (nome pelo qual a pessoa quer ser chamada). Uma vez constatado que o fato que gerou a intervenção policial, se deu por motivo de intolerância, discriminação ou por homofobia, esse detalhe deverá ser constado no histórico do BO.

d) Atuação policial no atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais

O Agente se aterá aos procedimentos específicos em ocorrências que envolvam portadores de deficiência física e com sofrimento mental, oferecendo-lhes encaminhamento adequado para a solução de suas questões.

d.1) Recomendações Gerais para Portadores de Necessidades Especiais:

- durante as abordagens, o Agente se manterá atento às questões da segurança, jamais subestimando a capacidade individual do deficiente ou o seu envolvimento com outras pessoas na ocorrência;
- deve-se evitar gracejos ou situações que possam ridicularizar as expressões da pessoa abordada, causando-lhe constrangimento ou exposição desnecessária;
- o abordado deverá ser avisado antes de receber a busca pessoal, momento em que também será orientado a manter-se calmo, tendo em vista que lhe serão assegurados todos os seus direitos. Assim, enquanto um Agente verbaliza e executa a busca, os demais cuidarão da segurança.

d.2) Recomendações Específicas:

*** pessoa com deficiência auditiva:**

- verificar se a pessoa abordada consegue se comunicar e compreender o que lhe foi dito. Prestar atenção nos lábios, gestos, movimentos e nas expressões faciais e corporais da pessoa com quem o diálogo está sendo mantido;

- enquanto estiverem conversando, é prudente que o Agente se mantenha em contato visual com o deficiente auditivo. Ao desviar seu olhar para outras direções, o policial militar poderá emitir uma mensagem ao deficiente, no sentido de que a conversa terminará;

- caso o Agente tenha dificuldade para entender o que o deficiente auditivo está falando, poderá pedir que escreva o que deseja falar;

*** pessoa com deficiência visual:**

- ao guiar uma pessoa cega, o Agente deixará que ela segure em seu braço, devendo orientá-la quanto à presença de obstáculos no trajeto, como degraus, escadas, calçadas e bueiros, dentre outros;

- estando o Agente na presença de um deficiente visual, em ambientes fechados ou não, na iminência de se retirar, deverá informá-lo.;

*** pessoa com deficiência física:**

- Por questões humanitárias e profissionais, o Agente não deve subestimar a capacidade dessas pessoas, principalmente quanto à manifestação intelectual que mantém nos processos decisórios da vida em sociedade.

- Motivado pela necessidade de atuação, o policial militar conciliará em sua abordagem os elementos da técnica policial, regida pela segurança, pelo respeito e pela solidariedade.

*** Recomendações quanto a abordagem e busca a deficientes físicos com restrição de locomoção:**

- ao conversar com um portador de necessidade especial que utiliza cadeira de rodas, em virtude da divergência de altura entre os interlocutores e do desconforto que causa no cidadão olhar por tempo prolongado para cima, o Agente, quando possível, se postará de maneira mais equânime, de forma a tornar mais confortável e diligente a conversa, usando, inclusive, recursos como distanciar-se ou abaixar-se;

- caso ofereça ajuda ao cadeirante, o GM não deverá insistir na assistência. Se a pessoa aceitá-la, ele próprio informará o que deseja que seja feito a seu favor;
- o cadeirante deverá ser conduzido em “marcha a ré”, quando auxiliado a descer rampas ou a subir degraus. A conduta evitará que seu corpo seja projetado para frente e venha a cair;
- o Agente somente deverá tocar na cadeira de rodas, quando seu objetivo for os procedimentos da busca ou da assistência. Na busca pessoal, a vistoria deverá abranger, além do corpo, os pertences e a cadeira de rodas;
- diante de fundada suspeita, se necessário, o abordado poderá ser retirado da cadeira, podendo ser colocado assentado no banco da viatura. A revista da cadeira de rodas compreenderá toda a sua estrutura, incluindo forros e o interior de sua estrutura metálica. Somente após a vistoria na cadeira, o cadeirante, já abordado, será nela recolocado;
- se o abordado utilizar muletas ou bengala, o Agente seguirá os mesmos procedimentos previstos para a abordagem em pessoa sem deficiência, adaptando as técnicas de acordo com a limitação motora e tomando cuidado com possíveis golpes que ele poderá efetuar, com a própria muleta.

*** pessoa com deficiência mental:**

A deficiência mental caracteriza-se por um funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta humana, como comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, independência na locomoção, dentre outras. Exemplo: Síndrome de Down, oligofrenia, autismo, algumas psicoses. Existem deficiências mentais que provocam sinais de agitação no indivíduo: não consegue se comunicar, não tem noção de perigo e pode se comportar de maneira agressiva. Por isso, é necessária uma **avaliação de risco** cautelosa.

Recomendações:

- a condução deverá ser feita com muita cautela e preparo. Antecipadamente, o Agente se certificará da disposição dos recursos humanos e materiais necessários à contenção do deficiente, precavendo-se de situações em que ele possa se machucar ou provocar acidentes, agravando, inclusive, a ocorrência;
- sempre que possível, a guarnição solicitará a presença de equipe técnica da área médica, como enfermeiros ou médicos do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU), que possuem melhor treinamento e condições técnicas para lidarem com pessoas nessa situação;
- mesmo com a utilização de força física, proporcional ao agravo, pode ser que o doente não recue ou não sinta dores, devido ao seu estado clínico, tornando-se ainda mais agressivo. Se o abordado estiver agitado ou nervoso, o GM, sempre que possível, aguardará que ele se acalme, antes de iniciar a intervenção;
- ao fazer a condução a pé, o Agente redobrá os cuidados com a travessia de locais que ofereçam risco ao doente, como escadas, rampas, pontes e ruas, para evitar que o indivíduo se lance aos obstáculos ou à frente de veículos em movimento.

*** pessoa idosa:**

O Estatuto do Idoso define como pessoa idosa, aquela com idade igual ou superior a 60 anos. Nele se encontram estabelecidos, com prioridade absoluta, as medidas protetivas ao idoso. A norma prevê novos direitos e estabelece vários mecanismos específicos de proteção, que vão desde a melhoria das condições de vida até a inviolabilidade física, psíquica e moral dos idosos.

Nesse enfoque, o Estatuto do Idoso também estabelece como obrigação da família, da sociedade e do Poder Público, a efetivação de direitos fundamentais da pessoa idosa, como o

direito à saúde, ao lazer, à cidadania, à vivência com dignidade, incluída aí, principalmente, a convivência familiar.

Recomendações:

- nas intervenções em razão de suspeita de prática de delito, o Agente observará a idade e as condições de saúde do idoso, e os demais procedimentos técnicos, previstos neste Manual;
- sempre que possível, deve-se promover o acompanhamento do idoso por algum membro familiar ou pessoa indicada por ele. Quando houver necessidade da busca pessoal, o GM a executará de modo a evitar constrangimentos desnecessários;
- prestar informações necessárias ao idoso, a respeito de sua condução (local, providências).

f) População em situação de rua

Por intermédio do Decreto Federal nº 7.053, de 23 de dezembro de 2.009, a população em situação de rua foi oficialmente reconhecida para fins de implementação de políticas públicas que lhe garanta, sobretudo, a sobrevivência e o desenvolvimento.

A população de rua é bastante heterogênea: misturam-se famílias, homens, mulheres, crianças e adolescentes, formando diferentes combinações sociais. O que todos têm em comum é a luta pela sobrevivência, a carência ou a precariedade de habitação, além de laços familiares fragilizados ou interrompidos.

As ruas e avenidas são os lugares utilizados por este público como dormitório, bem como para realizar as tarefas afetas ao interior de uma residência. A pessoa que utiliza o espaço público para pernoite costuma sofrer violência também de seus pares, em virtude de disputas de territorialidade, de estigma de grupo ou conflitos individuais, de envolvimento com as drogas, dentre outros fatores, dada a dimensão do contexto de rua. Dormir em grupo, portanto, representa determinado nível de segurança; uma proteção coletiva em relação às enormes adversidades que enfrenta pela sua inclusão.

Estar em situação de rua não implica necessariamente estar envolvido com práticas ilegais.

Recomendações:

- agir com equilíbrio e bom senso, sobretudo nos momentos em que as demandas decorrentes da aplicação da lei exigirem condutas mais firmes. O GM deverá ter a consciência de que uma pessoa que vive em condições sociais extremamente precárias apresenta debilidades (deficiência linguística, invisibilidade social, falta de higiene corporal), que inclusive podem funcionar como barreiras para que recebam tratamento adequado;
- deverá atender e orientar as pessoas desse grupo a buscarem auxílio, junto aos órgãos competentes de assistência social;
- lembrar que, de acordo com a Constituição Federal, ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. As pessoas em situação de rua não podem ser obrigadas a praticar atos que não sejam exigidos por lei e são livres para estarem em qualquer local, sem que as suas presenças signifiquem desrespeito à lei;
- nos atendimentos, o policial militar não permitirá o tratamento desumano ou degradante a esses cidadãos, por quem quer que seja;
- ter o cuidado no trato com os objetos pessoais e com os abrigos improvisados do cidadão abordado, quando a revista for necessária.

3. LOCAL DE CRIME

Local de crime é o espaço onde tenha ocorrido um ato que, presumidamente, configure uma infração penal e que exija as providências legais por parte da polícia. Compreende, além do ponto onde foi constatado o fato, todos os lugares em que, aparentemente, os atos materiais, preliminares ou posteriores à consumação do delito, tenham sido praticados.

O **local de crime** é fundamental para a investigação criminal. Ele fornece elementos relevantes para concretizar a materialidade do delito e chegar à autoria.

Antes de adotar os procedimentos no local de crime o Agente deverá diferenciar isolamento de proteção:

- **isolamento**: é a delimitação da área física, interna e externa do local de crime, por meio de recursos visíveis, tais como cordas, fitas zebradas e outros, cuja finalidade é proibir a entrada de pessoas não credenciadas no local de crime;

- **proteção**: consiste em impedir que se altere o estado das coisas, visando à inalterabilidade das provas.

O Agente, ao chegar, deve dar atenção a tudo que estiver presente no local de crime, sem fazer qualquer juízo de valor. A preservação deverá ser realizada por meio do isolamento e proteção de forma efetiva para que as pessoas não tenham acesso a ele, evitando-se que **vestígios** sejam modificados ou destruídos, antes de seu reconhecimento. Em princípio, tudo que estiver no local é importante.

A preocupação inicial da guarnição será com o socorro à vítima e com a segurança dos envolvidos. Também deve se atentar ao fato de que o autor do delito poderá permanecer nas imediações. Além disso, em decorrência do crime, o local poderá ser alvo de manifestações e da comoção social.

O policial militar, que normalmente é o primeiro a chegar, deverá providenciar para que não se altere o estado e conservação das coisas²¹, isolando o local, até a chegada dos peritos criminais.

3.1 Classificação

A Criminalística³ apresenta uma classificação própria do local de crime. Para a atividade de segurança pública, destacam-se as seguintes:

a) Consoante à natureza:

Pode ser de homicídio, infanticídio, suicídio, atropelamento, incêndio, afogamento, furto, roubo, arrombamento, dentre outros.

³ A Criminalística é uma disciplina autônoma, integrada pelos diferentes ramos de conhecimento técnico-científico, auxiliar e informativa das atividades policiais e judiciária da investigação criminal. Seu objetivo é estudar os vestígios encontrados nos locais de crime, para a elucidação dos fatos.

b) Consoante ao lugar do fato:

- **local interno:** área compreendida por ambiente fechado, que preserva os vestígios da ação dos fenômenos da natureza. Ex.: Interior de residências, interior de veículos, galpões, dentre outros;

- **local externo:** área não restrita, e que não preserva os vestígios da ação dos fenômenos da natureza. Trata-se de áreas abertas, como ruas, rodovias, praças, estradas, matagal, beira de rios, dentre outros;

- **local imediato:** é a área exata onde ocorreu o fato ou o crime;

- **local mediato:** são as adjacências; os pontos e áreas de acesso ao local do crime. Ex.: corredores, ambientes ao redor de cômodos, jardins, estradas, trilhas, dentre outros;

- **locais relacionados:** são as áreas que podem apresentar conexão com o fato criminoso e, por isso, oferecer pontos comuns de contato (vestígios) a serem observados.

c) Consoante ao exame

- **local idôneo:** é aquele que não foi violado, que não sofreu nenhuma alteração desde a ocorrência do fato.

O artigo 169 do CPP discorre sobre as providências policiais a serem tomadas, imediatamente, no local de crime. De sua interpretação, vale lembrar que o primeiro agente que chegar ao local terá a responsabilidade inadiável de preservá-lo, devendo recorrer, inclusive, a todos os meios necessários para que o estado das coisas não seja alterado até que a perícia técnica assuma seu trabalho na ocorrência.

Art. 169 – Para o efeito de exame do local onde houver sido praticada a infração, a autoridade providenciará imediatamente para que não se altere o estado das coisas até a chegada dos Peritos, que poderão instruir seus laudos com fotografias, desenhos ou esquemas elucidativos.

Parágrafo Único: Os Peritos registrarão no Laudo, as alterações do estado das coisas e discutirão no relatório, as consequências dessas alterações na dinâmica dos fatos.

- **local inidôneo:** é aquele que foi violado, que sofreu alguma alteração após a ocorrência dos fatos delituosos.

3.2 Prova

Tudo que demonstra a veracidade de uma proposição ou a realidade de um fato. Na criminalística, existem as provas objetivas e as subjetivas.

Prova Objetiva: tem por base os vestígios encontrados nos locais de crime, que são interpretados pelos Peritos, por meio dos exames. Exemplo: laudo pericial.

Prova Subjetiva: tem por base as informações colhidas da vítima, das testemunhas ou de qualquer pessoa relacionada com o fato. Exemplo: boletim de ocorrência (BO/REDS), expedido pela Polícia Militar.